

3)48.



MUNICÍPIO DE SETÚBAL  
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO Nº 06/2023

PROPOSTA

Nº 133/2023/DURB/DIGU

Realizada em 22/03/2023

DELIBERAÇÃO Nº 581/2023

**Assunto:** Processo N.º 469/22

**Titular do Processo:** 2 EDIFÍCIOS Z, SA

**Requerimento N.º:** 9704/22

**Requerente:** 2 EDIFÍCIOS Z, SA

**Local:** RUA DOS AVENTUROSOS - BREJOS DE AZEITÃO

**Freguesia:** UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO

**O Técnico:** ALCINDA DA GRACA MENDES DE JESUS

**Data:**

**PROPOSTA DE: Aprovação de Plano de Demolição**

Respeita a presente pretensão a pedido de licenciamento, formulado pelo requerimento acima identificado ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (adiante designado RJUE), aprovado pelo Decreto-lei n.º 555/99 de 16/12, com a atual redação em vigor.

Trata-se do prédio rústico, inscrito sob o artigo 174, seção 1-A da União de Freguesias de Azeitão, com a área coberta de 5032,00m<sup>2</sup>.

Pretende a requerente a demolição das construções existentes na parcela, nomeadamente, moradia e armazém, com a área total de 683,00m<sup>2</sup>. No final da demolição é proposto deixar o terreno limpo sem ocupação.

Face ao PDM ainda em vigor, a operação urbanística em causa encontra-se localizada em Espaços Urbanizáveis de Baixa ao qual é aplicável o disposto no art.º 95º e 96º do respetivo regulamento.

Não existindo imposição legal à manutenção da edificação, conclui-se pela aceitação do pedido.

Do ponto de vista urbanístico, a proposta apresentada não suscita reservas, respeitando o definido no PDM e demais legislação aplicável, pelo que nada obsta quanto ao deferimento da pretensão.

Conforme previsto na Tabela anexa do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal em vigor, pela realização da operação urbanística é devido o pagamento da taxa de demolição a seguir apurada:

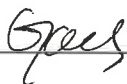
Taxa demolição = 683,00m<sup>2</sup> x 5,20€/m<sup>2</sup> = 3 551,60€

Assim, face ao exposto, propõe-se que:

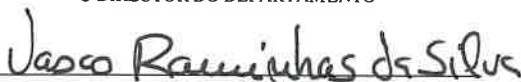
A Câmara Municipal de Setúbal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea y) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor e do n.º 3 do art.º 20º do RJUE, na redação em vigor, a aprovação do plano de demolição consubstanciado no requerimento n.º 9704/22, de 03/03/2023.

Mais se propõe a aprovação em minuta da parte da ata referente à presente deliberação, de acordo com o n.º 3 do art.º 57º da Lei n.º 75/2013, na redação em vigor.

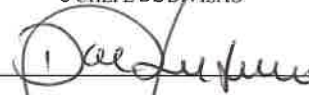
O TÉCNICO



O DIRECTOR DO DEPARTAMENTO



O CHEFE DE DIVISÃO



O PROPONENTE



APROVADA / REJEITADA por :            Votos Contra;            Abstenções; 10 Votos a Favor.

*Aprovada em minuta, para efeitos do disposto dos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º, da Lei n.º 75 2013, de 12 de setembro.*

O RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA ACTA



O PRESIDENTE DA CÂMARA

